



ID: 63351950

29-02-2016

CONVERSA CAPITAL ABEL SEQUEIRA FERREIRA

“Quando há bons activos os investidores aparecem”

Director-executivo da AEM, associação das cotadas, critica a inoperância da Euronext na captação de empresas para a bolsa. Quanto ao OE 2016, gostaria de um documento “e um discurso mais amigo das empresas e do investimento”. ➔ **P 4 A 6**

Paulo Alexandre Coelho



Conversa Capital Abel Sequeira Ferreira

“Gostaria de ver um Orçamento e um discurso mais amigo das empresas”

OE 2016 Documento não traz qualquer medida para dinamizar o mercado de capitais, mas o director-executivo da AEM acredita que muito pode ser feito à margem do próprio Orçamento.



Rosário Lira

Tiago Freire

tiago.freire@economico.pt

No papel de director-executivo da Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, Abel Sequeira Ferreira representa a maioria das maiores empresas nacionais na sua relação com o mercado de capitais. Vê com alguma preocupação o Orçamento do Estado mas sobretudo o tom do debate político e a forma como alguns responsáveis se referem ao mundo empresarial. Ainda assim, acredita que a retórica política não deverá impedir que se atinjam soluções práticas para dinamizar o mercado e para ajudar as empresas a estimular o crescimento económico português.

O que é para si, neste momento e em Portugal, capital?

Se estivermos a pensar em capital financeiro, o capital é um bem essencial, sem capital não há investimento nem criação de riqueza nem criação de emprego. É é, infelizmente na nossa economia, um bem essencial escasso. Quando penso em capital, também penso como a base de um modelo de desenvolvimento. Que se concretiza na economia de mercado, com os princípios que lhe estão subjacentes – de propriedade privada, de liberdade económica, de direito à prosperidade – e que por sua vez constitui a base de desenvolvimento do modelo da civilização ocidental assente na democracia, em que nós vivemos e que continua a ser, até hoje, o melhor e de mais sucesso que conhecemos.

Esta proposta de Orçamento para 2016 é amiga do capital e

da captação de capital?

Esta proposta de Orçamento, que deve ser analisada à luz de critérios de utilidade, de eficiência e de objectivos que procuremos atingir, deveria ter como objectivos fundamentais – face aos problemas mais urgentes do país – procurar dar resposta aos problemas do desemprego, do crescimento económico e da produtividade.

E não dá?

Eu diria que nessa perspectiva há dois aspectos positivos neste Orçamento. O primeiro é que a sua simples existência dá mostras de garantias de governabilidade em Portugal. E isso hoje não é de sobremenos. Basta olharmos para o exemplo de Espanha. Depois da crise que tivemos, do esforço de ajustamento que tivemos, a existência de condições de governabilidade em Portugal – sendo algo que se calhar damos como adquirido – não deixa de ser algo extraordinariamente importante. O outro aspecto tem a ver com o facto de este Orçamento, na sua versão actual e esperamos que na sua versão final, assumir um compromisso com aquilo que são as obrigações financeiras essenciais que nós temos para com os nossos parceiros, e procurar um objectivo de equilíbrio das contas públicas.

Onde é que ele não cumpre então?

É evidente que eu gostaria de ver um Orçamento, e já agora um discurso à volta do Orçamento, que fosse mais amigo das empresas e do investimento, traduzido isto numa maior estabilidade fiscal, justiça tributária e numa maior certeza jurídica à volta dos aspectos fiscais que envolvem e contextualizam a nossa economia.

Este Governo tem ou não um preconceito ideológico contra o mercado?

Nas minhas funções devo sempre

distinguir aquilo que assisto no discurso político e aquilo que me é trazido ao conhecimento pessoal desde logo pelas discussões e reuniões que nós fazemos com os titulares de cargos políticos. O discurso político em Portugal é de facto muito crispado. Digo-lhe francamente que acho que a forma como o Orçamento tem estado a ser debatido e muitas referências que são feitas às empre-

““

Acho que a forma como o Orçamento tem estado a ser debatido e muitas referências que são feitas às empresas, ao investimento e à actividade privada me deixam francamente desapontado.

sas, ao investimento e à actividade privada me deixam francamente desapontado. O que me deixa esperançado é que no trabalho que nós realizamos e nós temos visitado e reunido com todos os agentes políticos independentemente da sua cor partidária e ideológico – porque isso não é relevante para a nossa actividade – esses contactos nós temos encontrado razoabilidade, vontade de trabalhar e compreensão relativamente à importância que o mercado tem. Depois, existem obviamente diferenças ideológicas em relação por exemplo àquilo que possa ser a redistribuição da riqueza criada, a partir do funcionamento dinâmico e eficiente do mercado. Mas julgo que percebemos todos que não há distribuição de riqueza sem criação de riqueza.

Voltou agora a falar-se sobre a reestruturação da dívida pública. É uma questão que não devemos falar por agora ou não devemos sequer colocar?

Vou dar-lhe um exemplo. Tenho amigos irlandeses e colegas irlandeses com os quais me reúno de forma regular em vários fóruns onde me encontro presente em representação das empresas cotadas. Nesse contacto muito próximo dos últimos cinco anos, em muitas ocasiões discutimos, formal e informalmente, temas muito importantes e alguns deles muito polémicos, relativamente à situação económica da Irlanda. Mas essas discussões nunca chegaram aos jornais, nem aos irlandeses nem aos outros, o que pode ter sido frustrante para os jornalistas irlandeses, mas que foi uma parte importante da forma como a Irlanda geriu a situação e o ajustamento. Nós temos alguma tentação para discutir tudo em público e, de facto, há temas que, na minha opinião, só devem ser discutidos em público quando já temos certezas finais sobre eles. ■

Abel Ferreira tem sido uma voz muito crítica da forma como o Grupo Euronext (não) tem desenvolvido o mercado nacional.

**PERFIL**

- Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, fez o mestrado na área do Direito laboral.
- Seguiu-se o doutoramento em

- Administração de Empresas na ISCTE Business School.
- Foi professor universitário no Instituto Superior de Gestão e na Universidade Clássica.

- Foi presidente da Interbolsa e, em 2004, foi interinamente presidente da bolsa portuguesa, entre os mandatos de João Freixa e Athayde Marques.

- É desde o final de 2010 Director-Executivo da Associação de Empresas Emittentes de Valores Cotados em Mercado (AEM).

Paulo Alexandre Coelho



“Debate político tem sido muito crispado e muito pouco útil”

Director-executivo da AEM defende que a atenção deve estar focada em soluções práticas.

As empresas que representa, com este Governo, com esta proposta de Orçamento, com algumas medidas que foram tomadas nomeadamente a reversão de algumas privatizações, estão paradas à espera de ver o que acontece relativamente aos seus investimentos?

Tanto quanto conheço a actividade das empresas associadas da AEM não vejo ninguém de braços cruzados, antes pelo contrário. Temos visto muitos destes responsáveis a apresentarem não só o trabalho que têm realizado ao longo dos anos mais recentes mas também a apresentarem as suas estratégias, os seus planos e as suas ideias relativamente ao futuro próximo e mais longínquo. Penso que independentemente daquilo que é o debate político sobre as questões, que se mostra muitas vezes muito crispado e muitas vezes muito pouco útil relativamente aquilo que deviam ser as soluções para os grandes problemas que temos de enfrentar, julgo que as empresas têm feito não só aquilo que lhes é pedido mas muito mais por vezes daquilo que lhes seria obrigatório realizar. Ao que acrescento, que de facto a economia portuguesa na minha opinião pessoal só poderá crescer com empresas sólidas, com dimensão, repito com dimensão, que lhes permita um processo de internacionalização e apoiadas quer por um sistema financeiro igualmente sólido quer por um mercado de capitais que seja eficiente e dinâmico e que saiba ajudá-las.

Mas com certeza será mais difícil depois da reversão de alguns negócios e de alguma até incerteza jurídica que foi criada noutros dossiers, a uma empresa portuguesa ir buscar um parceiro estratégico para fazer investimentos em Portugal...

É mais difícil contar a história e

explicar. Eu próprio sou confrontado com essas dificuldades de forma relativamente repetida, designadamente em fóruns internacionais, por exemplo com os meus colegas em organizações que representam empresas cotadas de outros países. É de facto muitas vezes não é fácil explicar exactamente o que se está a passar, sendo certo que depois de se explicar as pessoas normalmente são inteligentes e compreendem. E independentemente disso aquilo que tenho encontrado nestes anos sempre de forma continuada em interlocutores internacionais é um enorme respeito e um enorme admiração pelos esforços que nós fomos capazes de fazer, nós portugueses.

Em que medida é que a situação do Banif e do BES alteraram as opções dos investidores e colocaram também de certo modo alguns danos na negociação e naquilo que são as opções de investimento?

São situações que obviamente não são positivas e as conse-

“

A economia portuguesa só pode crescer com empresas sólidas e com dimensão que lhes permita a internacionalização

Os meus interlocutores internacionais mostram enorme respeito e admiração pelo esforço que os portugueses foram capazes de fazer.

quências que têm são sempre danosas em termos de imagem e reputação quer da economia quer do mercado. Contudo, eu julgo que nós não devemos ter a tentação ou o fado de considerarmos que somos muito piores do que os outros porque há coisas que correm mal e só acontecem em Portugal. O problema específico que nós temos em Portugal é de dimensão. A nossa dimensão é mais pequena e no caso do mercado de capitais a capitalização bolsista nacional é de facto muito pequena até face aquilo que é o PIB português e até em comparação com os outros países da Europa, isso faz com que a saída de empresas de bolsa e as circunstâncias dessas saídas tenham um impacto maior e mais profundo. Mas mais uma vez voltamos ao problema inicial. Se nós tivéssemos permanentemente um ‘pipeline’ de empresas sólidas capazes, com boa história e boa estratégia e bons fundamentais, preparadas a vir ao mercado e a continuar a garantir a manutenção da profundidade e da liquidez do mercado, estes casos teriam um impacto menor.

Esta semana entrou em funções uma nova responsável pela Euronext Lisbon, ainda que de forma interina, a Dra. Isabel Ucha. Isto é uma oportunidade para que algo mude, ou o problema não estará nas pessoas e sim num determinado modelo de organização?

Penso que não devemos personalizar mas a sua pergunta é sobre oportunidades e eu tenho que reconhecer que na minha opinião as oportunidades para uma actuação diferente da bolsa portuguesa têm existido durante todo este tempo de crise. Tenho ouvido muitas vezes o discurso sobre as adversidades com que a bolsa portuguesa se tem confrontado ao longo destes últimos anos. Mas as adversidades podem ser vistas como algo que nos faz baixar os braços ou como oportunidades para desenvolver a nossa actividade de uma forma diferente. ■



Sobre a nova presidente da Euronext Lisbon, Isabel Ucha, Abel Ferreira não quer "personalizar", mas defende que tem sempre havido oportunidades para a entidade fazer algo de diferente do que até aqui.

“Quando há bons activos os investidores aparecem”

Bolsa Entrada de novas empresas é essencial e o trabalho da Euronext Lisbon tem sido insuficiente. Grupo de trabalho para a capitalização das empresas pode ser muito útil.

Tiago Freire e Rosário Lira
tiago.freire@economico.pt

O Governo tem olhado com suficiente atenção para a necessidade de dinamização do mercado de capitais?

Este Governo é muito recente, e portanto ainda não podemos fazer um juízo quanto a essa sua atenção ou intenção. Registo que uma das primeiras iniciativas deste Governo foi o da criação de uma estrutura de missão para a capitalização das empresas, a qual nos parece poder vir a desempenhar um papel importante para efeitos da dinamização do mercado de capitais e em geral a diversificação das fontes de financiamento da economia portuguesa. O Orçamento em si de facto não contém soluções que nós consideramos que sejam as melhores ou mesmo algumas no sentido de um melhor desenvolvimento do mercado de capitais. Mas eu também lhe confesso que não esperava que neste Orçamento, enfim, na sua situação e no contexto político em que nos encontramos, que contivesse este tipo de medidas. E também não acho que neste momento o mais urgente seja nós encontrarmos soluções de cariz orçamental ou fiscal para o problema do mer-

cado, porque existem muitos outros aspectos com os quais devemos lidar.

E que questões são essas?

Nós temos um mercado de capitais que se encontra numa situação fragilizada, com poucas empresas, com pouca liquidez, com activos excelentes, empresas bem geridas e com estratégias e fundamentais muito sólidos, mas que por força da sua pequena dimensão e da sua pequena liquidez, acabam por ser prejudicadas. Portanto, parece-nos que o primeiro aspecto que importa enfrentar é o aspecto da oferta, ou seja, do aumento do número de empresas cotadas no mercado, e portanto o aumento do número de activos ao dispor dos investidores. O passado recente tem-nos mostrado que, quando existem de facto activos de excelente qualidade ao dispor dos investidores no mercado, os investidores aparecem, até independentemente da situação da economia portuguesa. Este problema com que nós nos confrontamos não é exclusivo de Portugal, outros países designadamente do Sul da Europa têm sido confrontados com esta dificuldade, e têm encontrado caminhos que parecem estar a dar resultado. O caso mais conhecido e

que é hoje utilizado de alguma forma como o paradigma do modo como as bolsas devem intervir e evoluir e avançar, é o caso italiano. No caso italiano, percebeu-se que tal como em Portugal provavelmente uma das principais razões pelas quais as empresas não iam ao mercado era porque não se encontravam capacitadas para fazer esse esforço. Do ponto de vista da sua governação, do seu reporte de informação, da sua transparência, do ponto de vista da sua própria estratégia de investimento.

Que é o que acontece cá?

Precisamente o que acontece em Portugal em boa medida. E a bolsa



A Euronext Lisbon, que gere a bolsa portuguesa, tem a obrigação de desenvolver o mercado nacional.

italiana aquilo que fez foi criar um programa que é de formação mas que envolve muito mais do que isso. É verdadeiramente um programa de capacitação das empresas, que tem três fases. Uma fase inicial de formação propriamente dita; uma segunda de adaptação das estruturas e modo de funcionamento das empresas às necessidades próprias de uma empresa mais sofisticada e que quer aceder a fontes de financiamento mais diversificadas; e depois uma fase final de acesso verdadeiramente a essas fontes de financiamento, devidamente acompanhada, designadamente por mentores de outras empresas já cotadas, autoridades, reguladores, etc.

As empresas continuam a recorrer mais à banca do que aos mercados. Porque é que isso acontece, do seu ponto de vista?

Esse é um fenómeno também europeu, ainda que tenha maior gravidade em Portugal. Apenas alguns números para contextualizar. A capitalização bolsista em função do PIB em Portugal é de cerca de 25%, e compara portanto muito mal com aquilo que são os cerca de 70% de média na Europa, os quais por sua vez comparam muito mal com os cerca de 160% nos EUA. E a par disso o contribu-

to das emissões de valores mobiliários para o financiamento das empresas em Portugal é muito baixo. Há uma estatística muito optimista que diz que estará nos 9%, mas que me parece excessivamente optimista, normalmente as melhores estatísticas parecem indicar que estará entre 2 a 4%, o que é muito baixo e que também não tem paralelo nos outros países. E isto é assim segundo aliás inquéritos muito recentes porque em grande medida as empresas não conhecem todas as oportunidades de financiamento ao seu dispor.

Então que é que falhou, foi o Governo anterior, são os reguladores? É a própria bolsa?

Nós não podemos permanentemente assacar responsabilidades sobre estas matérias ao Estado. E portanto há aqui um esforço que tem de ser conjunto mas obviamente há entidades que têm especiais responsabilidades. E nesta matéria eu dava-lhe há pouco o exemplo da bolsa italiana que tem estado a dar frutos. O número de ofertas públicas em Itália aumentou de forma relevante na sequência deste programa.

Qual foi a postura das empresas que representa relativamente a essas adversidades?

As empresas têm feito um esforço absolutamente extraordinário no sentido de na parte que lhes cabe, procurar manter um mercado vivo e funcionar. Repare, as empresas são dos melhores embaixadores que Portugal tem. Porque todos os dias têm de explicar, designadamente a investidores estrangeiros, a história sobre as possibilidades de recuperação da economia portuguesa.

Mas foi mais difícil...

Esse trabalho, que foi muito mais difícil ao longo deste tempo, não deixou de ser feito, e estas empresas conseguiram em muitos casos cativar e atrair para Portugal investidores que se se tivessem limitado a olhar para a situação da economia portuguesa, muito frágil e num processo de ajustamento, provavelmente não as teria feito vir para Portugal. As empresas têm feito o seu trabalho, designadamente as que se encontram cotadas. E as outras, as que não se encontram cotadas, têm de ser ajudadas. E eu francamente só vejo em Portugal uma entidade que auferre receitas de dezenas de milhões de euros provenientes das empresas cotadas, que tem uma margem operacional que se manteve em média superior a 60%, e que tem a obrigação de desenvolver o mercado nacional. E essa entidade é a Euronext Lisbon, que gere a bolsa portuguesa. ■

“Excesso regulatório levou muita liquidez para zonas cinzentas”

Mercados Investidores enfrentam vários riscos devido às bolhas criadas pelo excesso de liquidez que não é supervisionada.

Tiago Freire e Rosário Lira
tiago.freire@economico.pt

Este início de ano tem sido muito turbulento nos mercados. Está afastado o cenário de uma reedição da crise de 2008?

Quando olhamos para a situação económica internacional, julgo que é possível aos observadores mais atentos identificarem algumas bolhas. As bolhas têm um hábito terrível, é que, mais tarde ou mais cedo, rebentam. A pergunta talvez seja: Vão rebentar todas ao mesmo tempo ou vão rebentar de forma distanciada no tempo? A resposta, que ninguém conhece, permitiria responder à possibilidade ou não de um novo ‘crash’, uma nova situação semelhante à que ocorreu em 2008.

E de que bolhas é que estamos a falar?

Estamos a falar de bolhas que resultam do excesso de liquidez que os bancos centrais introduziram nas economias e que fizeram com que os investidores recorressem a um conjunto de activos da mais variada natureza, fazendo com que o preço desses activos, em muitos casos, se mostre hoje muito inflacionado. E de cada vez que temos um momento de alguma rectificação desses preços apanhamos um pequeno susto. Temos apanhado alguns nestas últimas semanas. Mas enquanto forem pequenos sustos, significa que é uma correcção em curso.

Os investimentos considerados seguros são, hoje em dia, pouco rentáveis. Isso provoca uma excessiva corrida ao risco?

Penso que a forma como, no passado, olhávamos para a questão do risco era falaciosa. Passámos a convencer-nos que existiam activos com risco e activos sem risco. Hoje, julgo que percebemos todos melhor que não existem activos sem risco. E, portanto, aquilo que, mais uma vez, todos os que temos responsabilidades nestas matérias devemos ajudar as sociedades e cidadãos a perceber é que a questão não está na existência ou ausência de risco, está na forma como essa cultura de risco é criada e, designadamente, na literacia financeira em que ela se baseia. É por isso que são muito importantes, por exemplo, projectos como o da União dos Mercados de Capi-

“

As bolhas têm um hábito terrível, é que, mais tarde ou mais cedo, rebentam.

RESPOSTAS RÁPIDAS

António Costa

Um político muito saaz.

Ricardo Salgado

Foi um grande banqueiro português.

Interbolsa

Empresa que teve o privilégio de dirigir durante muitos anos e que hoje, tendo invertido a sua política de partilha de ganhos de produtividade com o mercado, deveria voltar a práticas anteriores, mais saudáveis.

Família

É o nosso porto de abrigo

Nova Iorque

É, provavelmente, a minha cidade preferida no mundo, a seguir a Lisboa.

Bruno de Carvalho

É temporariamente presidente do Sporting e, portanto, o que está no meu coração é o Sporting e não Bruno de Carvalho.

tais da Comissão Europeia que assenta, precisamente, um dos pilares, na ideia de desenvolver uma cultura de risco diferente, mais conhecedora e melhor informada. O que isto significa é que as pessoas devem poder investir. Devem ter a consciência que o investimento em activos de maior risco é, teoricamente, aquele que poderá ser mais rentável. Mas devem ser absolutamente conhecedores e ter toda a informação que lhes permita fazer a avaliação desse risco face ao que é a sua situação pessoal e financeira.

Com o colapso da banca, para onde é que se transferiu esse investimento e esse risco?

Julgo que há muita liquidez que, provavelmente, está fora do sistema e há um efeito contraproducente dos excessos legislativos e regulatórios a que assistimos desde 2008, em que houve a tentação de evitar problemas semelhantes aos do passado, atirando leis e normas para cima dos assuntos. O efeito contraproducente é que hoje existem zonas cinzentas maiores, zonas que não são controladas pelos reguladores, que não são monitorizadas pelas autoridades, que não são devidamente acompanhadas. Podemos estar a falar de zonas cinzentas onde se negociam alguns trilhões de dólares. E, nesse sentido, o excesso regulatório, o excesso legislativo, a avalanche que caiu, quer sobre entidades que tinham tido alguma responsabilidade na crise, quer sobre outras entidades, como é o caso das empresas cotadas, fez com que houvesse uma parte muito grande de liquidez e de activos que se afastasse das nossas lentes de observação. Portanto, julgo que, nesta altura, ninguém consegue, com exactidão, identificar onde é que se encontra toda a liquidez que existe no mundo.

Qual é dimensão desse problema?

É uma preocupação, mas é o tipo de preocupação em relação à qual não podemos fazer muito. Temos de confiar nas autoridades de regulação e de supervisão. Estou a pensar nas autoridades a nível internacional. Temos de confiar que têm o melhor controlo e o melhor conhecimento destas matérias e daquilo que se passa na realidade e que, portanto, estarão em condições e capacitadas para intervir



O representante das empresas cotadas alerta para os riscos do actual momento dos mercados.

Paulo Alexandre Coelho

em caso de necessidade. Agora se me perguntarem se acredito que, de facto, esse controlo, hoje, é passível de ser realizado, digo que tenho as maiores dúvidas e digo também que me parece que a situação preferível seria a de termos, o mais possível, activos e operações dentro dos mercados regulamentados, mas para isso é necessário que exista razoabilidade na forma como os mercados regulamentados são regulados.

Como avalia o impacto da queda do preço do petróleo e do crescimento moderado da China?

Tem um efeito de algum arrefecimento na economia. O caso do petróleo, à primeira vista, parece ser diferente, ou seja petróleo mais barato, normalmente parece

ser uma boa notícia. O problema é que petróleo mais barato, como já percebemos, põe em causa a actividade de um conjunto vasto de empresas, entidades e Estados, com reflexos importantes e que estão a ser bastante negativos no andamento da economia mundial. Portanto, é bastante provável que, da confluência destes factores, venhamos a assistir a um crescimento mais moderado, quer da economia mundial, quer da economia europeia, no próximo ano e isso não pode deixar de ter impactos nacionais, principalmente numa altura em que as empresas portuguesas precisam, mais do que nunca, de se internacionalizar e em que precisamos de aumentar as exportações. ■



22h45

Conversa Capital

O mercado de capitais nacional está fragilizado. Quem o diz é Abel Sequeira Ferreira, presidente da Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado. Abel Ferreira fala ainda sobre as bolsas mundiais e o Orçamento do Estado para 2016 que acaba de se aprovar no Parlamento. Veja a entrevista na íntegra que foi conduzida por Rosário Lira e Tiago Freire.

www.economico.pt

Etv



- 08:00 Especial ETV
- 09:00 Primeira Hora
- 10:00 Edição das 10
- 10:10 Comissão Executiva
- 11:00 Bull & Bear
- 11:50 Novos Negócios
- 12:00 Edição das 12
- 13:05 Conselho Consultivo
- 13:35 Especial Saúde
- 13:53 Comissão Executiva
- 14:48 Capital Humano
- 15:07 Buzz Factor
- 16:00 Fecho de Contas
- 17:00 Edição das 5
- 17:07 Como Se Faz
- 17:12 Assembleia Geral
- 18:00 Grande Jornal
- 20:00 Comissão Executiva
- 20:50 Novos Negócios
- 21:00 Especial ETV
- 21:50 Finanças Pessoais
- 22:00 A Causa das Coisas
- 22:45 Conversa Capital
- 23:32 Em Foco
- 00:00 Informação Essencial

No Comissão Executiva, Jorge Bravo e Rui Leão Martinho analisam os capítulos da Saúde e da Segurança Social no Orçamento do Estado para 2016.

A Causa das Coisas analisa as divergências da esquerda quanto à reestruturação da dívida pública. Manuel Monteiro e Raul Vaz falam ainda sobre os resultados do Novo Banco e o plano de reestruturação anunciado a semana passada, assim como dos resultados das eleições na Irlanda.

EM DESTAQUE

INE apresenta as Contas Nacionais de 2015

O INE apresenta as Contas Nacionais Trimestrais relativas ao quarto trimestre de 2015; as estimativas mensais de emprego e desemprego em Janeiro; o índice de volume de negócios, emprego, remunerações e horas trabalhadas no comércio a retalho também em Janeiro. O BCE revela o modelo para as reservas internacionais e liquidez em moeda estrangeira. No Parlamento continua a discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2016. Siga toda a actualidade no site do Económico.

Toda a informação em www.economico.pt